# RELIGIÕES BRASILEIRAS DE PRESENÇA AFRICANA[1] E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

*Hippolyte Brice Sogbossi*[*]
*Martha Sales Costa*[**]

**Resumo**: O objetivo principal deste artigo é fazer uma reflexão sobre a relação entre o Estado e as religiões brasileiras de presença africana, considerando a trajetória dessa relação e levando-se em conta os mecanismos de opressão e proteção criados por esse mesmo Estado. Essa relação se redefine do ponto de vista das mudanças ocorridas nos últimos tempos e do processo de massificação e homogeneização desenrolado na globalização. Trata-se de um processo de concentração de poder que envolve os diferentes tipos de capital: capital de força física, capital econômico, capital cultural ou de informação, capital simbólico. Um enfoque sobre a coexistência do estado e das religiões brasileiras de presença africana supõe fazer um enquadramento histórico, ou melhor, uma contextualização histórica que se estende desde o período colonial até a contemporaneidade, passando pelo Império. O caso de Sergipe pretende colocar brevemente algumas questões para suscitar debates posteriores sobre a questão das políticas públicas.

**Palavras-chaves**: Religiões "afro-brasileiras", políticas públicas, Sergipe, diálogo

**Abstract**: The aim of this article is to think the relation between State and the Brazilian religions of African presence, considering the trajectory of this relation and also taking in account the mechanisms of oppression and protection created by the same state. This relation is defined from the viewpoint of the changes occurred in the last years and from that of massification and homogenization enhanced by globalization. That is a process of concentration of power that evolves different kinds of capital: capital of physical force, economical capital, cultural capital or of information, symbolic capital. An interpretation of the co-existence of state and the Brazilian religions of African presence supposes to consider a historical perspective, that is a historical contextualization that extends from

[1] Termo que adotamos por achar inadequados outros como "religiões afro-brasileiras", "religiões de matriz africana", "religiões negras", "religiões afro", entre outros.

[*] Professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros.

[**] Graduanda de Ciências Sociais, UFS. Membro do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros.

colonial period until nowadays, without ignoring imperial period. The case of Sergipe pretends to put briefly some questions in order to provoke posterior debates on the question of public politics.

**Key-words**: "afro-brazilian" religions, public politics, Sergipe, dialogue.

Pensar em Políticas Públicas e Religiões Brasileiras de Presença Africana nos levou a fazer uma reflexão e abordagem da relação entre o Estado e essas religiões, considerando a trajetória dessa relação e levando-se em conta os mecanismos de opressão e proteção criados por esse mesmo Estado. É bom lembrar que isso é o resultado de um processo de concentração de poder que envolve os diferentes tipos de capital, como o capital de força física, instrumento de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico (Bourdieu, 1999). Nessa abordagem enfocaremos ainda como o Estado e essas religiões vêm coexistindo e de que maneira essa relação vem sendo redefinida do ponto de vista das mudanças ocorridas nos últimos tempos e do processo de massificação e homogeneização desenrolado na globalização. Este é o objetivo deste trabalho que dá mais ênfase no recorte cronológico que abrange as duas últimas décadas de nossa existência, ou seja, dos anos 1990 até os dias de hoje. Mas um enfoque ou abordagem sobre a coexistência do estado e das religiões brasileiras de presença africana supõe fazer um enquadramento histórico, ou melhor, uma contextualização histórica que se estende desde o período colonial até a contemporaneidade, passando pelo Império. Para não nos estendermos em demasia no assunto, exemplificaremos o título do trabalho com o caso de Sergipe. Pretende-se, assim, colocar brevemente algumas questões para suscitar debates posteriores sobre a questão das políticas públicas.

As religiões brasileiras de presença africana vêm sugerindo várias discussões acadêmicas a partir do ponto de vista de seu significado para a cultura brasileira e da visibilidade que extrapola o universo de seus seguidores, ocupando nos últimos tempos um maior espaço na sociedade, mesmo



que, segundo Reginaldo Prandi (2003: 15-34), seja ainda um ramo demograficamente pequeno. Abrangem, para sua definição, expressões religiosas como o candomblé, o toré, o tambor de mina, o xangô, a umbanda, entre outras. Abandonou-se a denominação de "religiões afro-brasileiras" que, segundo parece, não explica bem a realidade das religiões envolvidas e sua conseqüente redefinição. Essas religiões originadas de tradições culturais de povos que entraram no Brasil como escravos, nem sempre foram professadas livremente. A história do Brasil, iniciada com o poder escravista branco, é nesse sentido, uma história do processo de negação dessas expressões religiosas. O primeiro modelo de civilização brasileira calcada no controle da natureza e do humano, fundada no triunfo da razão e de uma fé racionalizada, trouxe com ele a tentativa dos brancos de impedir que os africanos escravizados refizessem suas próprias práticas, tanto religiosas como artísticas inclusive, instalando-os no Brasil sob a marca da repressão (Bastide, 1989:85-155).

A Igreja, desde que tornou-se religião oficial do Império Romano, foi encarregada da conversão dos diversos povos "pagãos" anexados pelos sucessivos Estados cristãos organizados na Europa. Sócia maior da Coroa portuguesa no empreendimento colonial, a Igreja romana, através das ordens religiosas, organizou e supervisionou, nos territórios conquistados, associações de "leigos", isto é, de todos aqueles que não eram eclesiásticos, chamadas de confrarias, ou irmandades. Essas associações eram um ponto de apoio fundamental na política de cooptação dos diversos povos nativos. Através dos séculos, a Igreja oscilou entre a moderação e o autoritarismo na execução dessa tarefa de catequização dos "gentios", ora destruindo violentamente crenças e cerimônias nativas para impor as cristãs, ora adaptando-se às condições locais e renovando os métodos de evangelização (Silveira, 199-?:2; Reis, *op. cit.*,p.55). No Brasil colonial, as irmandades ou confrarias de leigos eram associações que agrupavam ou separavam as populações coloniais segundo critérios de status social, origem étnica ou nacional, vizinhança, cor de pele, sexo ou profissão. As populações eram assim divididas por área de ocupação territorial, atividade profissional e situação social. Era uma maneira de garantir a participação ordenada dos vários segmentos da popu-